SÍNTESE ECONÔMICA

Conforme indica seu título, destina-se esta seção a oferecer aos leitores uma síntese de aspectos econômicos de atualidade e sua interpretação. Tratando-se, porém, do primeiro número da revista, pareceu conveniente situar-se a economia brasileira na fase atual de sua evolução. Considerou-se oportuno, também, rever as grandes correntes de opinião que pretendem orientar a política econômica do país. É claro que êsses temas estão expostos com a brevidade exigida pela limitação do espaço disponível e pela natureza desta publicação.

DESENVOLVIMENTO: CONCEITUAÇÃO E CRÍTICA

VEJAMOS, em primeiro lugar, qual o conteúdo da idéia de subdesenvolvimento econômico, hoje presente em qualquer trabalho, conferência ou discussão sobre a economia brasileira. Digamos, inicialmente, que se o fenômeno é antigo apenas recentemente passou a constituir objeto de preocupações. Em verdade, todo o pensamento econômico anterior à Segunda Guerra Mundial considerava que as diferenças porventura existentes entre níveis de vida e progresso material das diversas partes do mundo, ou estavam em vias de desaparecimento ou representavam algo de permanente e inevitável. Em outras palavras, ou haveria uma igualização internacional à base de investimentos dos países ricos nos países pobres ou, simplesmente, êstes últimos não ofereciam as condições

requeridas para o progresso econômico e sua situação era simplesmente irremediável.

Após a Segunda Guerra, observava-se radical mudança: o mecanismo dos investimentos internacionais, que cessara de funcionar desde 1930, não dá mostras de reativação, com as características favoráveis que anteriormente apresentara; análises aprofundadas como o relatório das Nações Unidas intitulado "Medidas para Fomentar el Desarrollo Economico de Países Insuficientemente Desarrollados"¹ destroem o preconceito de que haja nações incapazes de progresso material. Como subproduto dêsses estudos firmou-se o conceito de país

¹ Nações Unidas, Departamento de Assuntos Econômicos, Nova York, maio de 1951.

subdesenvolvido como "país pobre", em contraposição à idéia de que seriam subdesenvolvidas tôdas aquelas zonas, ricas ou pobres, cujos recursos naturais se acham insuficientemente aproveitados; por outro lado, estudos tais como o "Point Four" do Departamento de Estado americano revelaram a enorme extensão do hiato existente entre os

níveis de vida de diversas áreas do mundo. Cumpre, outrossim, reconhecer que a ameaça do comunismo influiu, poderosamente, para uma análise mais cuidadosa do problema.

O quadro abaixo, fornecido por ALFRED BONNÉ,² nos proporciona uma idéia da importância global do subdesenvolvimento.

Renda "per capita" das principais regiões do mundo — 1949

	% da renda sobre o total do mundo	% da popu- lação mun- dial	Renda "per capita" (dólares)
Ásia	10,5	53,0	50
África	2,6	8,3	75
América do Sul	3,5	4,5	170
U. R. S. S.	11,0	8,1	310
Europa	27,3	16,6	380
Oceania	1,5	0,5	560
América do Norte	43,6	9,0	1.100
	100	100	230

Vemos, portanto, que enquanto a renda (ou produção) por habitante, na Ásia, era de 50, na América do Norte atingia uma cifra vinte duas vezes maior. Sumariamente, poderíamos dizer que na Ásia, África e América do Sul se concentra a grande área mundial de subdesenvolvimento ou pobreza. No quadro acima, aliás, se verifica que justamente essas regiões apresentam uma participação na renda mundial inferior à percentagem de sua população.

A discriminação, por países, nos ajuda a situar melhor a posição do Brasil. Os dados abaixo são tira-

dos de um estudo recente das Nações Unidas:³

Renda "per capita" em alguns países (média 1952-54), em dólares

Estados Unidos	1.870
Canadá	1.310
Austrália	950
Suiça	1.010

² ALFRED BONNÉ, *Studies in Economic Development*, Routledge and Kegan Paul, Londres, 1957.

³ *Statistical Papers*, Série E n.º 4, Statistical Office of the United Nations, Nova York, 1957.

Suécia	950
França	740
Inglaterra	780
Venezuela	540
Argentina	460
Cuba	310
Chile	360
BRASIL	230

Verifica-se que a posição do Brasil, mesmo na América Latina, não é das melhores. Poderíamos complementar os dados referentes à renda "per capita" com outros relativos a índices de padrão de vida. A experiência mostra, entretanto, que a introdução desses novos elementos não modifica a classificação acima. Assim sendo, podemos aceitar a simplificação, usual entre economistas, de tomar a renda "per capita" como único índice para o nível de desenvolvimento.

A melhor conceituação do problema do subdesenvolvimento deve ser obtida mediante análise do mecanismo que rege a dinâmica econômica. Os dados anteriores já nos mostraram que o fenômeno do desenvolvimento nada tem de geral, concentrando-se em regiões geograficamente limitadas. SIMON KUZNETS⁴, no seu livro *Economic Change*, mostra, outrossim, que a enorme distância entre padrões de vida que hoje divide o mundo surgiu, provavelmente, nos últimos 150 a 200 anos. Cumpre-nos, pois, indagar o que sucedeu nesse período, e dentro dessa área. É o próprio KUZNETS que nos fornece a resposta preliminar: adotou-se o "sistema industrial". Por sistema industrial, entende a aplicação da

ciência à atividade econômica. A nosso ver, embora essa assertiva enfoque a questão por um de seus ângulos mais importantes, deixa implícito outro que, do ponto de vista dos países atrasados, é, justamente, o principal. Assim, diríamos nós que o rapidíssimo progresso material da Europa, e antigas colônias inglesas, se explica pelo grande incremento do capital disponível por trabalhador. Cada operário passou a dispor de maior quantidade de meios auxiliares (máquinas, meios de transporte, energia, etc.), que multiplicavam a sua produtividade.

Colocando o problema em cifras, assinalaríamos que os Estados Unidos passaram o seu capital reproduzível, por trabalhador, de 2.320 dólares em 1879 para 5.700 dólares em 1944. Com isso conseguiram aumentar o produto por homens-hora com a rapidez que lhes conferiu sua situação privilegiada atual. A função da tecnologia em constante progresso foi permitir êsse aumento sem que houvesse uma "saturação" de capital ou, como diriam os economistas, sua tarefa consistiu em anular os efeitos dos custos decrescentes. Expliquemos: algumas sociedades, em épocas históricas anteriores, atingiram níveis capazes de lhes permitir substancial capitalização. Suponhamos que se decidissem a aumentar a produtividade dos seus trabalhadores, a exemplo do que fizeram os Estados Unidos. Tomemos o caso concreto da construção de estradas. Para aumentar a produtividade dos seus trabalhadores, um imperador romano poderia fornecer-lhes, inicialmente, dois ou três tipos diferentes de pás; mais tarde, quando novos capitais se tor-

⁴ *Economic Change*, W. W. NORTON, New York, 1953.

nassem disponíveis, carretas, animais de tração, etc. Após um período relativamente curto, entrariamos na fase de "saturação" de capitais. Em verdade, um trabalhador pode utilizar três tipos diferentes de pás, conforme o terreno em que trabalhe: cada cinco trabalhadores são capazes de empregar, proveitosamente, uma carreta. Pouca utilidade haveria, porém, em se proporcionar trinta pás a cada trabalhador ou dez carretas para cada três homens. Ora, em uma sociedade, como a capitalista, em que a tecnologia progride constantemente, passaríamos das pás e carretas, para as britadeiras, a dinamite, os caminhões, os diferentes tipos de tratores, a aparelhagem de telecomunicação, etc. Em conseqüência, estradas de melhor qualidade de que na antiga Roma são hoje construídas com menos trabalhadores, e em menor tempo. Generalizando-se o exemplo, se compreenderá porque as sociedades capitalistas atuais podem proporcionar elevados padrões de vida a seus membros. Trata-se, em última análise, de um processo de capitalização intensiva amparado pelo rápido progresso tecnológico.

Para os países subdesenvolvidos de hoje, não existe o problema de saturação de capitais. Tôda técnica utilizada nas nações avançadas se acha à sua disposição. A dificuldade é, todavia, obter os recursos necessários para investimentos que venham a aumentar seu coeficiente de capitalização e, por conseqüência, sua renda "per capita". Chegamos aqui ao obstáculo básico no caminho do desenvolvimento: a produção anual de um país se divide em consumo e investimentos. Quanto maior fôr o investimento, menor será o consumo. Ora, aí

subdesenvolvido significa país pobre e pobreza quer dizer baixo padrão de consumo. Por êsse motivo se afirma que o desenvolvimento exige sacrifício, ou seja, uma "política de austeridade". Trata-se, em última análise, de uma redução do consumo ou, pelo menos, de uma contenção no seu aumento. Na prática, o fardo pode ser aliviado por diversos meios, entre os quais a entrada de capitais estrangeiros. A alternativa consumo-investimento permanece, porém. É indispensável tê-la em mente sempre que se falar de desenvolvimento. Diríamos mesmo que, no Brasil, a função, pouco simpática, aliás, do economista, tem sido, nos últimos anos, a de chamar à razão políticos que, na euforia dos primeiros sucessos do nosso desenvolvimento, pretendem proporcionar aos seus eleitores níveis de consumo comparáveis aos dos Estados Unidos ou Europa.

Interpretações alternativas de desenvolvimento econômico

Diante do fato do subdesenvolvimento, anteriormente descrito, duas correntes de opinião se formaram no Brasil. A primeira liderada pelo Professor EUGÊNIO GUDIN e a segunda constituída por importante grupo de economistas jovens, inspirados nas idéias de RAUL PRÉBISCH, professor argentino e hoje Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), das Nações Unidas. Quanto à esta última corrente, seria injusto esquecer o papel pioneiro de ROBERTO SIMONSEN.

EUGÊNIO GUDIN reconhece que há no Brasil o problema do subdesenvolvimento e que sérios esforços devem ser empreendidos

para solucioná-lo. O objetivo de tais esforços seria a obtenção de uma renda "per capita" crescente.

O ritmo desse crescimento deveria ser moderado para se evitar o desencadeamento de surtos inflacionários. A industrialização apenas se justifica na medida que novas fábricas possam nos fornecer produtos e preços inferiores aos obtidos no estrangeiro. Ressalva, evidentemente, uma fase inicial, ou de indústria nascente, em que os custos se apresentam necessariamente mais elevados. Passada, porém, essa fase de transição, o critério de custos mais baixos se aplica de forma absoluta. Outro ponto fundamental do pensamento do Professor GUDIN está na sua oposição a qualquer intervenção sistemática do Estado.

A segunda corrente reclama, não um simples aumento da renda "per capita", mas um incremento acelerado desta, a fim de que o Brasil possa eliminar rapidamente a diferença que separa seus padrões de vida daqueles encontrados nos países de capitalismo avançado.

Como consequência, parte desta corrente julga inevitável certo grau de inflação. Os elementos mais moderados julgam possível um desenvolvimento acelerado sem inflação; reclamam, porém, um máximo de precauções na adoção de políticas anti-inflacionárias, a fim de que não venham a repercutir desfavoravelmente no dinamismo econômico do país. No que se refere à intervenção do Estado, julgam-na imprescindível. O subdesenvolvimento constitui um estado patológico que reclama enérgica medicação. Convém esclarecer melhor este ponto: o pedido de interferência estatal não significa opção por uma

forma socialista ou socializante de economia. Tal hipótese fica desde logo excluída se assinalarmos que o lançador do movimento em prol de maior atuação do Poder Público foi ROBERTO SIMONSEN, líder da classe empresarial.

Qualquer confusão será desfeita se recordarmos que o Estado atua, na economia, de duas formas: tomando ele mesmo a iniciativa de produzir este ou aquele bem, ou criando, dentro do mercado, estímulos para que os empresários particulares se interessem pelos setores-chave.

O primeiro tipo, que chamáremos intervenção por absorção, é, sem dúvida alguma, socializante; quanto ao segundo, ou intervenção por direção, se acha inteiramente isento desse vício. ROBERTO SIMONSEN, ao reclamar o planejamento da economia brasileira, tinha em vista justamente o segundo caso. Tratava-se, não de alargar o setor público, mas de orientar a iniciativa privada à base de uma concepção global de novas necessidades econômicas, para aqueles setores indispensáveis ao desenvolvimento equilibrado do país.

Este segundo grupo é, por outro lado, radicalmente industrialista. Afirma que, diante da estagnação dos mercados internacionais para os nossos produtos primários, surgirá dentro do país um núcleo de mão-de-obra desocupada, a menos que o excedente seja absorvido por um rápido processo industrial. A questão do custo de produção é secundária. Realmente, diante da escassez de moeda estrangeira, ou produzimos internamente os bens industriais de que necessitamos ou ficaremos sem eles. Melhor será produzirmos automóveis a custos ele-

vados do que nos vemos impedidos de renovar nosso parque automobilístico, dada a falta da moeda estrangeira necessária para as importações correspondentes.

Em síntese, temos, de um lado, um grupo de economistas que adota um ponto-de-vista conservador sobre o desenvolvimento: taxa moderada de incremento da renda "per capita", combate à inflação por todos os meios, passividade total do Poder Público e industrialização sujeita ao crivo rigoroso dos critérios de eficiência. Do outro lado, vamos encontrar os partidários de uma rápida elevação da renda "per capita", à base de industrialização intensiva, e intervenção orientadora do Estado, que pode chegar à programação geral, respeitada a primazia da iniciativa privada. A inflação, embora evitável, não constitui um mal absoluto e, de qualquer modo, o combate a ela não deve, de forma alguma, atrasar ou retardar o processo dinâmico do país. Ao falar de desenvolvimento, a primeira corrente entende um simples aumento da renda "per capita" e a segunda um aumento bastante rápido para se eliminar o atraso econômico.

Posição no debate

Sem tomarmos posição quanto às teses específicas em debate (intervenção do Estado, inflação, etc.), cumpre dizer que estudos recentes e observações concretas nos levam a sustentar que o desenvolvimento, como norma de política econômica, deve, iniludivelmente, ser interpretado como a eliminação do atraso em que se acham os países subdesenvolvidos.

Antes de entrarmos na justificação dessa tese, convém explicitar em que consiste essa eliminação do atraso econômico. Não se trata, obviamente, de obter para todos países do mundo uma renda "per capita" igual à dos Estados Unidos. Realmente, posto que não haja obstáculos absolutos para o desenvolvimento, diferentes países possuem estruturas desigualmente propícias ao progresso material. Uns possuem maiores recursos naturais, outros melhores sistemas hidrográficos, etc. Se todos os países, hoje ditos subdesenvolvidos, se revelam capazes de substanciais acréscimos nos seus níveis de produção, é provável que os menos favorecidos, após o aproveitamento completo de suas potencialidades, ainda fiquem bastante abaixo dos padrões americanos. Dêsse modo, ao falarmos em eliminação do atraso, entenda-se isso como o fechamento do hiato entre a situação atual do país e a situação que obtería, dada sua infra-estrutura econômica, no caso de capitalização intensiva e aproveitamento da melhor tecnologia disponível.

Voltando ao tema central da exposição, diríamos que a eliminação do atraso é condição de estabilidade econômica e estabilidade social. Os dois aspectos estão, de fato, estreitamente ligados, mas considerá-los-emos separadamente, para maior facilidade de exposição.

A instabilidade econômica dos países retardatários resulta do que os economistas chamam de "efeito de imitação". Trata-se de uma característica do comportamento do consumidor que pode ser sintetizada do seguinte modo: o consumo resulta não apenas do desejo de satisfazer necessidades específicas,

mas também da imitação dos hábitos das classes imediatamente superiores. Esse tipo de comportamento, a que os economistas atribuem hoje grande importância, é observado não apenas internamente, mas também em escala internacional. A CEPAL registrou o fenômeno ao afirmar em um dos seus documentos: ⁵ "se aprendem as novas formas de consumir com muito mais rapidez que as novas formas de produzir" (pág. 23).

De que modo a adoção de hábitos superiores de consumo afeta a economia dos países subdesenvolvidos? A resposta é simples se atentarmos ao que foi dito anteriormente: o crescimento econômico depende do processo de capitalização e este será tanto mais intenso quanto maior for a parcela da produção anual que se subtraia ao consumo e se dedique aos investimentos. Ora, o efeito de imitação internacional, levando os países pobres a adotarem hábitos de consumo superiores ao seu estágio de desenvolvimento, tende a reduzir a parcela dedicada à capitalização.

Na medida que esse efeito ganhe força, diminuirá o dinamismo do país atingido, chegando-se, finalmente, a um processo regressivo quando os novos investimentos ficarem abaixo das necessidades normais de reposição do capital desgastado.

O único modo ⁶ definitivo de se evitar semelhante resultado será colocar os atuais países pobres em

situação tal que possam adotar os níveis de consumo das regiões ricas sem sacrificar os próprios investimentos. Ora, isso apenas sucederá quando seus níveis de produção igualarem, ou aproximarem, os existentes nos países desenvolvidos, ou, em outras palavras, quando tiverem eliminado o seu atraso. Fica, pois, comprovado que apenas o desenvolvimento econômico, entendido como eliminação do atraso, oferece garantia total de estabilidade econômica.

Note-se que alguns autores não têm concedido a devida importância ao efeito de emulação, dada uma defeituosa interpretação do fenômeno. Em verdade, os primeiros observadores faziam-no depender de um conhecimento direto dos hábitos de consumo dos países avançados, o que resultava na sua adoção pelos subdesenvolvidos. Na prática, entretanto, parece que as classes baixas, de um país pobre, tomam conhecimento dos novos padrões de consumo através das classes superiores do seu próprio país. Por outro lado, diante da insuficiência do seu poder de compra, nem sempre lhes é possível a adoção dos novos tipos de consumo.

Nesse caso, a consequência imediata é o surgimento de um clima de inquietação social, com reivindicações que ultrapassam a capacidade da economia nacional. Em nosso país, tal parece ser o caso.

O segundo motivo assinalado para se interpretar desenvolvimento como eliminação do atraso decorre da necessidade de preservar a estabilidade social. Aceitam hoje os economistas e os demais cientistas sociais que o comunismo encontra solo propício particularmente nos países de economia atrasada.

⁵ *Análisis y Proyecciones del Desarrollo Económico*, Naciones Unidas, México, 1955.

⁶ Existe, sem dúvida, o sistema russo que consiste em cortar todo contacto com o mundo exterior e, portanto, com suas modalidades de consumo.

Para confirmar a generalidade dêsse ponto de vista, permitimo-nos citar a opinião de alguns autores oriundos das mais diversas correntes doutrinárias. JEAN MARCHAL⁷, no seu livro recente *Deux Essais sur le Marxisme* (pág. 71), afirma: "Tudo se passa como se a aparição do Estado comunista tivesse sido, não a consequência de uma vontade de justiça social em uma classe, mas o meio empregado por uma minoria ativa para transformar um país agrário em um país industrial". O autor socialista NICHOLAS KALDOR, no artigo "A Evolução Socialista à Luz da Teoria Keynesiana"⁸, sustenta com igual convicção: "Não se pode conceituar como um acidente o fato de a revolução que deu lugar à ditadura do proletariado ter-se dado, não como predisse MARX, isto é, nos países que se encontravam na etapa mais avançada do capitalismo, mas naqueles países cujos métodos de produção capitalista ainda não se haviam implantado de forma adequada".

Citemos agora alguns autores que tiveram contacto direto com nosso país. Começemos pelo antigo embaixador americano no Brasil, A. A. BERLE JUNIOR. Afirma êle no seu livro *The 20th century capitalist Revolution* (pág. 23):⁹ "A revolução russa foi nominalmente baseada no dogma comunista; mas sua luta significativa foi para achar um instrumento através do qual um país vasto e atrasado pudesse ser moldado na industrialização".

Finalmente, o Professor JACQUES BOUDEVILLE, em tese apresentada à Primeira Jornada Universitária Rio-Grandense de Economia e Finanças (Pôrto Alegre, 1955), assinalando a insuficiência do desenvolvimento brasileiro, comenta: "Esse fenômeno é muito grave. A história nos mostrou que as economias mais inclinadas ao marxismo não eram os países economicamente mais evoluídos".

MARX antecipava a eclosão do comunismo em zonas de capitalismo avançado. Os autores acima, todavia, são unânimes em apontar as regiões subdesenvolvidas, ou de economia pré-capitalista, como as mais suscetíveis à infecção comunista. E isto porque encontram, nessa ideologia e no sistema econômico por ela propugnado, um meio de se libertarem da situação de miserabilidade em que se encontram. Reencontramos aqui o desejo de progresso material já examinado ao falarmos do efeito de imitação. As duas análises se completam: a primeira nos mostra que a insatisfação existirá enquanto persistirem as diferenças mundiais de níveis de consumo; a segunda nos revela que o fracasso do desenvolvimento, como eliminação do atraso, comprometerá não apenas a estabilidade econômica, mas também a social.

Posto que êsses dois sejam os motivos fundamentais, do ponto de vista econômico, para se reclamar a eliminação do atraso em países como o Brasil, outros há que não devem ser desprezados. Entre êles temos a disparidade nos ritmos de crescimento entre as nações do blo-

⁷ Librairie de Medicis, Paris, 1955.

⁸ *Economia Brasileira*, n.º 4.

⁹ Harcourt Brace and Co., New York, 1954.

co oriental e do bloco ocidental. GROSSMAN¹⁰ apresenta a seguinte tabela sobre as taxas de cresci-

mento da URSS, propostas por diversos autores, absolutamente insuspeitos:

Crescimento econômico da URSS

<i>Autor</i>	<i>1928-37</i>	<i>1948-50</i>
JASNY	8,9	—
COLIN CLARK	5,5	—
WYLER	5,6	—
GROSSMAN	6,5-7	6,5-7

Estas cifras podem ser vantajosamente comparadas com os dados para o crescimento secular das nações democráticas. São os seguintes os dados citados por FELLNER, professor da Universidade de Yale:¹¹

Taxas de crescimento do produto nacional real de alguns países desenvolvidos (1938-50)

(PERCENTAGEM ANUAL)

Estados Unidos	4,2
Canadá	4,0
Austrália	1,1
Inglaterra	1,2
Alemanha	0,7

Supondo-se que as diferenças se mantenham, teríamos de levar a sério a advertência do professor americano, que diz (pág. 74):

¹⁰ GREGORY GROSSMAN, em *Soviet Economic Growth*, Rom Peterson and Co, White Plains, New York, 1953. Nas taxas do quadro, quando os autores citados apresentam uma alternativa, citamos o maior termo, pois mais se aproxima dos cálculos de GROSSMAN. De qualquer modo, a menor taxa proposta foi a de 4,5, de COLIN CLARK.

¹¹ WILLIAM FELLNER, *Trends and Cycles in Economic Activity*, Henry Holt, New York, 1956.

“O veredito da história dependerá da continuidade das diferenças passadas entre as taxas de crescimento dos dois lados da Cortina de Ferro. Apenas se não continuarem, a longo prazo, podemos estar confiantes a respeito da sobrevivência das instituições ocidentais. Presentemente, a melhor inferência das diferenças passadas das taxas de crescimento parece ser de que, com essas diferenças, o bloco soviético levará aproximadamente meio século para se igualar com o Ocidente, em termos de produto global por ano. Mas eles podem levar muito menos tempo para se igualarem em termos das partes do produto global que determina as posições relativas de poder”.

Qual seria a solução do problema? Parece-nos bastante simples: a URSS não cresce rapidamente como consequência da implantação do regime socialista, mas, simplesmente, pelo fato de que, constituindo uma zona de subdesenvolvimento, está adotando rapidamente técnicas modernas, correntes em outras partes do mundo, mas por ela até agora desconhecidas. Isto explica os excepcionais resultados que vem obtendo. Do mesmo modo nosso país, que também se acha em vias de desenvolvimento, aumentou sua

produção global entre 1947-1957 de 5,1% ao ano, superando, portanto, as taxas americanas. Nada disso, porém, destrói o fato de que a zona comunista (o rápido crescimento da URSS é imitado pelos demais países da cortina de ferro) está conseguindo eliminar rapidamente a diferença que a separa do mundo ocidental.

Mesmo sem levantar o problema do poderio militar, indagaríamos se a permanência do atraso econômico, em importantes zonas do Ocidente, não abalaria profundamente o prestígio de suas instituições fundamentais? A "concorrência pacífica", novo *slogan* comunista, constituiu um desafio a resolvermos, dentro do novo sistema sócio-econômico, o problema do subdesenvolvimento.

Desenvolvimento e nacionalismo

No Brasil, a aceitação do desenvolvimento como eliminação do atraso foi prejudicada por uma colocação espúria do problema: referimo-nos ao chamado "desenvolvimentismo". Resultou essa doutrina, ou "ideologia", como preferem chamá-la seus partidários, da tomada de consciência, por parte de alguns intelectuais, do problema econômico brasileiro. Impressionados com o fenômeno do subdesenvolvimento, lançaram-se em campo para combatê-lo. A diminuta participação de economistas nesses grupos impediu que adotassem uma atitude científica, em face do problema. Assim sendo, em vez de contribuírem para alargar e aprofundar o debate entre as duas concepções de desenvolvimento, acima estudadas, introduziram toda uma série de malentendidos e confusões, tentando distinguir entre partidários e ad-

versários do desenvolvimento, semeando desconfianças onde até então apenas existiam discordâncias científicas. Não há dúvida de que um impacto ideológico em favor do desenvolvimento resulta indispensável, em certas áreas cuja estrutura social, excessivamente rígida, se opõe ao desencadeamento do processo. Entre nós, contudo, o dinamismo econômico já se implantara com o florescimento da industrialização, e os resquícios de posições ultrapassadas se achavam em vias de desintegração. O "desenvolvimento" trouxe, portanto, maiores prejuízos do que vantagens.

Se o "desenvolvimentismo" é algo espúrio, sem contra-partida em outras partes do mundo, o chamado "nacionalismo" deve ser considerado com maiores precauções. Em verdade, os mais modernos trabalhos sobre o desenvolvimento econômico, oriundos de fontes absolutamente insuspeitas, tendem a reconhecer um papel positivo e mesmo construtivo a tal movimento. Assim, MYRDAL,¹² referindo-se aos países subdesenvolvidos, afirma: "Na ausência de um estado mundial, suas políticas (econômicas) devem ser nacionalistas no sentido de serem dirigidas com absoluta intensidade para aumentar seus próprios padrões de vida e alcançar maior igualdade de oportunidade com o resto do mundo". E mais adiante: "O nacionalismo econômico não precisa ser pregado aos países subdesenvolvidos. O nacionalismo tem uma importante função a cumprir, unindo as massas e as inspirando a um fim comum". ALFRED BONNÉ

¹² GUNNAR MYRDAL, *Economic Theory and Under-Developed Regions*, Gerald Duckworth, Londres, 1956.

oferece interpretação semelhante para o fenômeno nacionalista: "Os incentivos de natureza material e espiritual que agiram com tanto sucesso no mundo ocidental, não tiveram, no passado, atuação sensível nos países subdesenvolvidos. É duvidoso que possam agora ser criados na extensão necessária para estimular um processo compreensivo de desenvolvimento no futuro imediato. Mas, se não há incentivo de lucro, incentivos substitutos podem ser implantados em nível diferente e podem operar em direção semelhante. O nacionalismo econômico é uma dessas forças motivadoras do desenvolvimento econômico e está à altura de impelir indivíduos, assim como órgãos públicos e semi-públicos, a novas atividades econômicas" (*Studies in Economic Development*, pág. 254).¹³ O próprio KINDLEBERGER reconhece que "há uma interação entre desenvolvimento e

nacionalismo. A glorificação da nação requer mais produção econômica. Nacionalismo é também um incentivo para o sacrifício necessário para a formação do capital" (pág. 232).

Compreendido devidamente, o nacionalismo tem, portanto, uma função a desempenhar. Os próprios autores citados afirmam, porém, que o nacionalismo deve ser "racional", e não degenerar em xenofobia. Não pretendemos, com isso, negar que uma das tarefas básicas do movimento nacionalista é a de examinar, criticamente, as relações existentes no passado entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, verificando até que ponto foram elas responsáveis pela situação precária em que hoje se encontram estes últimos. De qualquer modo, porém, nacionalismo, no sentido funcional, não se resume numa posição em face de investimentos internacionais, mas significa uma opção pelo desenvolvimento econômico, com aceitação de todos os sacrifícios e renúncias que ele porventura venha a exigir.

¹³ CHARLES P. KINDLEBERGER, *Economic Development*, Mac Graw-Hill, Londres, 1958.